



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VI - Nº 95 - 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

## **Massacre de sem-terras em Rondônia: Por uma campanha de denúncia, condenação do governo e entrega das terras aos sem-terra**



**Nem arrocho nem demissões!  
Unificar as campanhas salariais  
contra o Plano Real neoliberal!**

**55 anos do assassinato de Trotsky  
"A IV Internacional triunfará!"**



**100 anos da morte de Engels  
Que morra o capitalismo!  
Viva a Revolução Proletária!**





# Resultados do Real: Recessão e Desemprego

A política cambial do governo mostra-se numa berlinda. De dezembro a junho, a escapada de dólares ameaçou o Plano Real com a desvalorização da moeda e a incapacidade do governo de pagamento dos compromissos com as dívidas interna e externa. As manobras feitas pelo ministro Malan só produziam efeito imediato, rolando para frente os problemas através do endividamento público. Um dos principais instrumentos para manter a valorização artificial e momentânea da moeda foi a elevação absurda das taxas de juros, a um curtíssimo prazo. Os investidores estrangeiros vinham correndo atrás de dividendos que em um mês pagavam o equivalente a dois anos de juros internacionais. O governo anunciou recentemente que iria baixar paulatinamente as taxas de juros. O resultado foi uma avalanche de investimentos, preocupados em garantir os níveis de rendimento atuais e antecipando suas aplicações. A enxurrada de dólares voltou a ameaçar o Plano, porque o governo estava emitindo dinheiro e aumentando a dívida pública em reais para comprar os dólares que entravam. Novamente se criou uma pressão inflacionária, pelo déficit público crescente. O governo respondeu com medidas de contenção de investimentos (aumento de impostos sobre operações financeiras).

O fio da navalha é expressão do esgotamento da estabiliza-

ção artificial do real. Agora a tendência inflacionária ataca por todos os lados, a margem de manobra do governo se reduz, e a crise vai se agravando com a recessão.

Os índices vão registrando as tendências de elevação dos preços. O governo chegou a gastar mais de 4 bilhões num mês em juros, o que ao longo do ano estourará seu orçamento.

A recessão é sentida por todos. As importações mantêm-se elevadas. O comércio registra quedas de vendas em relação a períodos anteriores ao Real. Os pátios das montadoras estão abarrotados de veículos, que já são suficientes para parar a produção por várias semanas. A utilização de peças importadas em automóveis produzidos no país chegará a 40%. Os salários congelados impossibilitam o aumento do consumo, dobraram o número de cheques sem fundos, elevaram as dívidas privadas a 43 bilhões de reais. A alta nos juros inviabiliza o consumo e a produção, e desloca capital da produção para os bancos. Mas a queda da produção tira a sustentação do pagamento de juros, e os bancos menores começam a se inviabilizar.

Os principais afetados pela recessão são os trabalhadores. A recessão causada pelo Plano Real neoliberal tem gerado mais desemprego. A necessidade da luta contra o plano é de empregados e desempregados. Se o plano avança, haverá ainda mais desemprego. E desemprego crescente favorece o arrocho salarial.

O capitalismo funciona mantendo sempre uma parte dos trabalhadores desempregada. É o que chamamos exército de desempregados. Para os patrões, é interessante que ele sempre exista, porque a concorrência entre empregados e desempregados os enfraquece e fortalece o capitalista, que pode rebaixar os salários. Sempre haverá um desempregado interessado em assumir o lugar do empregado, ainda que por um salário miserável.

No capitalismo, a utilização de máquinas mais modernas permite que com menos trabalho se produza mais mercadorias. Mas o valor das mercadorias é dado pelo trabalho humano. Com menos trabalho embutido, as mercadorias valem

menos. O lucro do capitalista vem da exploração do trabalho humano não pago. Por isso a evolução da tecnologia cria uma tendência geral de queda da taxa de lucro do capitalista. O capitalista procura compensar essa tendência de queda nos seus lucros através do arrocho salarial. Não satisfeito com a exploração da mais-valia (trabalho não pago), o capitalista avança agora sobre o salário (mínimo necessário para manter o operário trabalhando). Trata-se de uma tendência mundial do capitalismo, que é mais grave nos países atrasados, porque a exploração que sofre o assalariado é dupla: é explorado pelo capitalista daqui e de fora do país.

A evolução das forças produtivas permite aumentar enormemente a produtividade. Mas como a miséria também é crescente no capitalismo, não há compradores para tanta produção. Ocorrem as demissões em massa. Demissões definitivas, porque não haverá substituição de operários. Os trabalhadores que sobram, têm que produzir mais, pelo mesmo salário. Novamente, os capitalistas utilizam o desemprego para aumentarem seus lucros.

Em geral, os sindicatos não se preocupam com os desempregados. É um crime que a burocracia sindical comete, porque empregados e desempregados são duas faces da mesma moeda: o operário explorado pelo capitalista. O POR defende a unidade entre empregados e desempregados, num movimento único contra o desemprego, as demissões e o arrocho salarial. As reivindicações que unificam o movimento são as de salário mínimo real reajustado de acordo com a inflação, fim das demissões e estabilidade no emprego para todos, redução da jornada de trabalho diário para 6 horas sem redução de salários e divisão do trabalho existente entre todos, para que não haja nenhum desemprego. Chamamos a formação de comitês de empregados e desempregados, a inclusão das reivindicações dos desempregados nas pautas de reivindicações das categorias e a organização de um movimento nacional de luta contra o plano Real neoliberal, que estimula o desemprego e a miséria.



# A ofensiva neoliberal se enfrenta com a Frente Revolucionária Antiimperialista

As reformas neoliberais, que o governo vêm implantando e se expressam no Plano Real e nas reformas constitucionais, têm dois objetivos essenciais. O primeiro é dar condições econômicas ao Estado de manter o pagamento dos juros e dividendos das dívidas externa e interna. O segundo é abrir a economia nacional ao capital estrangeiro, para que o restrito mercado brasileiro (15 milhões de consumidores de padrão internacional, grande parte do restante da população vive na miséria) seja abocanhado pelas multinacionais, que buscam desaguar aqui seus produtos e assumir o controle de setores estratégicos da economia.

Todas as medidas da política econômica do governo caminham nesse sentido. Por isso se corta verbas da saúde, educação, moradia, previdência e se destina bilhões para manter o parasitismo financeiro, alimentado fartamente com altíssimas taxas de juros. Por isso se privatizam estatais para entregá-las às multinacionais. Por isso se favorece as importações com a redução de impostos e abertura de mercado. E por isso ainda pretendem fazer as reformas fiscais e tributária, aumentando impostos e reduzindo verbas de estados e municípios.

A política econômica do governo leva à destruição de uma parcela das forças produtivas nacionais. Isso significa que uma parte da própria burguesia será levada à falência. Por isso a aplicação dessas medidas é tão conflituosa para os bandos capitalistas. A crise do regime político tem por base a tremenda divisão interburguesa e a incapacidade da classe dominante em utilizar o Estado e a democracia burguesa para resolverem a crise

econômica.

As conseqüências nefastas de tais reformas recaem sobre as massas assalariadas. Os governos têm se utilizado do arrocho salarial, que reduz os gastos dos capitalistas com a massa de salários e aumenta sensivelmente os lucros. Assim, os capitalistas ganham fôlego mesmo durante a crise econômica, e apóiam a política econômica governamental. Os cortes nas áreas de saúde, educação, moradia etc. vão deteriorando as condições de vida da população. A destruição da economia nacional é traduzida em recessão, que leva ao desemprego e a mais miséria.

A burguesia nacional submete-se a ser um instrumento de aplicação dessa linha antinacional e antipopular. Sua origem histórica a liga umbilicalmente ao capital estrangeiro. Embora algumas frações sejam atingidas pela reforma, os grandes grupos aumentarão seus lucros, parasitando o imperialismo sanguessuga. Assim, vemos os empresários apoiando a política econômica do governo, essencialmente recessiva, que lota seus estoques e despenca suas vendas. Esses mesmos empresários ganham com o parasitismo financeiro, principal beneficiado com as reformas neoliberais. É característico do imperialismo a fusão entre capital bancário e capital industrial, no capital financeiro. Os investimentos especulativos ganharam no entanto uma dimensão extraordinária internacionalmente. O problema é que o aumento de capital depende da extração de mais-valia, da parcela do trabalho assalariado que não é pago e é apropriada pelo capitalista. Em momentos de crescimento econômico, o aumento da produção permite ao capitalista aumentar a

exploração e com isso seus lucros. Grande parte deles caminha para as mãos do parasitismo financeiro. Mas em momentos recessivos ou de estagnação econômica, os capitalistas dependem da redução salarial para aumentar seus ganhos. O artificialismo atual do parasitismo financeiro está em que a economia mundial não tem a menor condição de crescer a ponto de pagar as altíssimas taxas de juros vigentes no mercado internacional, e as condições de vida das massas já estão extremamente depreciadas. Mesmo com mais arrocho e miséria, não há condições materiais para pagar os parasitas, porque as taxas de juros são tão grandes que tornam-se rapidamente impagáveis.

O governo conseguiu aprovar uma parte de sua reforma, a parte de abertura econômica e quebra de monopólios estatais. Mas está patinando na reforma fiscal e tributária. Os estados e municípios estão falidos. E o governo federal ainda pretende reduzir seus orçamentos e centralizar a arrecadação de impostos. A guerra fiscal entre os estados mostra como será difí-

Nacional



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**  
**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO  
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA  
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970  
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



cil solucionar o problema. Qualquer solução passa por dar mais dinheiro ao governo federal para pagar juros das dívidas, e cortar os serviços sociais públicos e investimentos regionais. Há ainda as propostas de aumentos de impostos, que afetarão diretamente os assalariados.

### O reformismo e o seu Referendo Popular

A resposta do PT e seus aliados ao ataque neoliberal tem sido a de colaboração crítica. A participação nas votações das reformas ajudou a legitimá-las. A votação favorável em alguns pontos (quebra do monopólio do gás, por exemplo) comprometeu o reformismo com a política pró-imperialista. Afundou-se em sua tática de apoiar setores descontentes do PMDB. E, principalmente, o bloqueio da ação direta e unitária das massas exercido pela burocracia sindical reformista permitiu ao governo avançar a aplicação do plano, ainda que imerso numa tremenda divisão interburguesa. A fragmentação e isola-

mento das lutas que se colocaram objetivamente contra o plano e a negociação de cúpula levou os principais movimentos ocorridos a derrotas. O governo se utilizou disso para abrir uma ofensiva contra o direito de greve e as organizações sindicais. E antecipou o fim da indexação, promovendo um novo ataque aos salários através do congelamento.

Agora que as reformas econômicas foram aprovadas, o PT adotou a idéia de chamar a realização de um plebiscito para julgar as reformas neoliberais. A chamada campanha pelo referendo popular pretende repetir as manifestações do impeachment e da CPI do Orçamento. A idéia do reformismo é pressionar o Congresso e preparar o caminho para as eleições municipais de 1996. É claro que o Congresso corrupto controlado pelas oligarquias e que aprovou com maioria esmagadora as reformas de FHC não se submeterá à pressão petista pelo plebiscito. Ainda que o fizesse, a pressão do poder econômico levaria a uma aprovação nas urnas das reformas antinacionais e antipopulares.

As correntes de esquerda começam a apoiar a proposta de referendo. A maioria apóia a linha de pressão popular sobre o Congresso. Alguns dizem que é a melhor maneira de fazer com que as massas perciam a ilusão no processo institucional, a partir do momento em que dêem com a cabeça na parede e vejam que seus esforços não deram resultado. A adaptação à linha reformista e a perda da estratégia e

tática revolucionárias leva essas correntes à posição de prostração diante do ataque neoliberal.

### Pela Frente Revolucionária Antimperialista

O essencial para enfrentar a ofensiva neoliberal é a compreensão de que ela só será barrada pela ação direta das massas, unificadas nacionalmente. As reivindicações imediatas chocam-se objetivamente contra o plano neoliberal e as reformas de FHC. Mas os movimentos isolados não têm força suficiente para enfrentar o governo e o imperialismo. Trata-se de construir uma frente única de luta contra a ofensiva neoliberal, pró-imperialista. Pela sua relação com a produção, o proletariado desponta como encabeçador dessa luta. Isso foi mostrado recentemente pela importância da greve dos petroleiros.

Contrariamente à posição reformista, que defende a frente institucional, eleitoral, de pressão pelo referendo, cabe a defesa da frente de luta. Contra a frente que se arrasta atrás das frações descontentes da burguesia, cabe a frente com independência de classe, oposta à burguesia, ao seu governo e seus partidos. Contra a pressão por remédios à reforma antinacional e antipopular, cabe a luta para por abaixo a política neoliberal, antinacional e antipopular. O POR chama todas as correntes que se reivindicam do movimento operário e popular a se colocarem pela construção da Frente Revolucionária Antimperialista.

## As campanhas salariais do 2º semestre necessitam unificação

No segundo semestre acontecem as datas-base de várias categorias importantes do movimento operário. Em geral, a burocracia que dirige os sindicatos despreza a luta sistemática em defesa das condições de vida dos assalariados e resume-se a fazer campanha salarial nas datas-base. O cor-

porativismo, que limita as reivindicações dos trabalhadores às específicas da categoria, divide e isola o movimento. Os patrões, unidos em seus sindicatos e com o amparo de sua máquina estatal, estimulam as divisões entre os trabalhadores, para enfraquecê-los.

O avanço da crise capitalista leva os trabalhadores a formularem reivindicações comuns. Apesar da prática burocrática das direções sindicais de separarem os movimentos e só fazerem campanha nas

datas-base, as reivindicações semelhantes e as datas-base simultâneas criam uma tendência objetiva à unificação, para ter mais força para enfrentar os patrões e o governo.

Ultimamente, nem mesmo nas datas-base as direções sindicais têm feito campanha salarial. A política reformista que domina a CUT e os sindicatos tem levado à paralisia. A colaboração de classes é defendida pelos burocratas para evitar mais desemprego e miséria,



mas é exatamente isso o que tem acontecido. Os acordos das câmaras setoriais desarmam os trabalhadores e favorecem os capitalistas. A divisão dos movimentos por fábrica e até por seção dentro da fábrica tira a força da unidade operária para enfrentar os patrões.

### A burocratização dos sindicatos

Um dos fenômenos mais notáveis do movimento sindical nos últimos quinze anos foi a construção da CUT. Os movimentos de oposição às burocracias pelegas foram se multiplicando durante a década de 80 e conquistando os sindicatos por todo o país. Em geral, tratavam-se de oposições com instinto classista, baseadas no ascenso grevista. Mas, ao alcançarem a direção dos sindicatos, foram se burocratizando e assimilando a política reformista. Hoje formaram verdadeiras gangues, que transformaram os sindicatos em meio de vida e os anularam como instrumentos de luta das massas. A razão fundamental está na perda da independência de classe. A independência de classe se expressa na luta anticapitalista e de defesa intransigente e incondicional das condições de vida dos assalariados. Quando as direções sindicais deixam de lado a luta anticapitalista, começam imediatamente a deixar de lado também a defesa incondicional das condições de vida das massas. Ao perderem a independência de classe, independência política que só pode se expressar pela política revolucionária do proletariado, perdem também a independência ideológica, econômica etc. Os sindicatos passam a depender economicamente dos acordos com a classe patronal, através dos descontos mal chamados de taxa assistencial. O distanciamento das bases é cada vez maior: os diretores não trabalham mais, vivem do sindicato etc. Fora do controle das assembleias de base, os sindicatos são tomados pela corrupção política e econômica. A mobilização contra os patrões

é rejeitada cada vez mais: ela coloca em risco o domínio burocrático sobre o sindicato e as relações criadas com a patronal. A ação direta das massas opõe-se à burocratização dos sindicatos e vice-versa. Um é incompatível com o outro.

### Tendência geral é de luta

O congelamento salarial imposto pela desindexação e a alta dos preços vai criando uma tendência geral de luta pelas reivindicações salariais. Ocorre no mesmo momento das campanhas salariais. As campanhas salariais vão ganhando condições de confluírem para a luta unificada. Metalúrgicos, têxteis, químicos e plásticos, vidreiros, couros e sapateiros, carnes e frios vão negociar seus acordos coletivos simultaneamente. Podem, juntos, enfrentar os patrões e o governo e iniciar a derrubada do congelamento salarial, uma das bases do plano econômico neoliberal.

O único fator que pode impedir essa unificação é a burocracia sindical. A irrupção antecipada de greves por fábrica antes da data-base, o fechamento de acordos isolados, a negociação de cúpula que exclui os trabalhadores e trai o movimento, a burocratização das assembleias de base e sua neutralização pela burocracia etc. atacam a unidade operária.

As direções reformistas têm feito um discurso que se junta ao da burguesia, contra a greve como método essencial de luta da classe operária. Afirmam que é preciso desenvolver outros métodos de luta, que a greve prejudica a população etc. Ocorre exatamente o contrário. As greves têm sido derrotadas justamente porque são abrandadas pela burocracia, que cede à pressão burguesa e impõe trabalho e produção parciais, acatamento às decisões dos tribunais trabalhistas lacaios da burguesia, rejeição dos métodos de luta da greve (piquetes, manifestações de rua, ocupações). O que tem faltado às greves é se expressarem livremente: paralisação total da produção, utilização dos piquetes, das ocupações e manifestações, rejeição das inge-

rências dos tribunais, autodefesa operária. A importância dada à greve dos petroleiros, que mexeu com a produção, mostra a força do movimento grevista operário.

### Campanhas unificadas contra o plano neoliberal

As reivindicações atuais dos trabalhadores em campanha salarial se chocam objetivamente contra o plano Real e as reformas neoliberais. A unificação pode ser impulsionada através de uma campanha que mostre a unidade de interesses dos operários contra a linha governamental pró-imperialista. A realização de assembleias unitárias e a formação de comandos de greve intercategorias, com poderes acima dos das direções é um passo para limitar o bloqueio burocrático. A luta por uma campanha unificada passa pelo combate à política colaboracionista de classe e a burocracia. Nesse processo, constrói-se uma direção alternativa, baseada no programa revolucionário do proletariado. A projeção das campanhas contra o plano e o governo podem politizar o movimento e elevar a consciência de classe. As campanhas salariais unificadas podem ajudar os trabalhadores a perceberem a força de sua unidade e a necessidade de construir sua direção revolucionária, seu partido operário revolucionário.

Nacional





# Massacre de camponeses sem-terra em Rondônia

Inicialmente, a casa civil do governo de Rondônia estimou 25 mortes de sem-terras na violenta desocupação realizada pela polícia militar da fazenda Santa Elina, tomada por mais de mil famílias. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura denunciou cerca de 30 mortes e 200 feridos. A polícia fala de 9 mortos entre os sem-terra e de 2 policiais. Até o momento, não se tem o número preciso, uma vez que os sem-terra acusam os policiais de jogarem corpos no rio ou queimá-los. O fato é que não há como esconder o deliberado massacre.

Está comprovado que uma parte das mortes não foi em combate. Houve execução pelas costas. Não faltou a mais requintada crueldade, como a de obrigar o camponês Moacir Camargo a carregar os mortos e depois ser alvejado pelas costas. Adilson da Rocha, de 16 anos, já rendido, também foi fuzilado pelas costas, internado em estado grave. Os sem-terra narraram a selvagem tortura e o assassinato à paulada de um de seus irmãos de luta. Os 355 presos foram amarrados com corda de nylon e obrigados a marcharem 20 quilômetros, do local até Corumbiara. Entre os feridos, estão 55 internados em estado grave. Um dos líderes do movimento, Clademir Ramos, se encontra em coma com tiros na cabeça. Esta chacina foi confirmada tanto pela imprensa burguesa quanto pelos organismos de direitos humanos.

Estamos diante de mais uma violência reacionária do Estado capitalista contra trabalhadores. Os bárbaros assassinatos, torturas e prisões são a

forma do Estado assegurar o poder dos latifundiários, industriais, banqueiros e grandes comerciantes. O proprietário da fazenda ocupada é um rico capitalista de São Paulo, que especula com as terras. E as centenas de famílias camponesas reprimidas são trabalhadores expulsos de seus minifúndios ou filhos de camponeses desapropriados por latifundiários, que não têm como sobreviver senão lutando coletivamente pela posse do solo.

**A atitude miserável das direções reformistas que controlam o movimento operário e camponês frente à chacina**

Esse violento acontecimento é o resultado do choque entre camponeses e latifundiários. Não se trata de um conflito isolado. Por todo o país, existem ocupações de terra, inclusive no estado de São Paulo, e a luta de classes no campo se agudiza com a expulsão dos camponeses e crescimento da concentração da propriedade fundiária. A luta de classes no campo sempre foi das massas empobrecidas contra a oligarquia proprietária da maior parte das terras.

Chama a atenção o fato do MST, do PT, Contag, CUT e mesmo das correntes de esquerda, como o PSTU, não tomarem nenhuma medida de organização de uma campanha nacional de denúncia e mobilização contra a chacina e defesa da entrega imediata das terras. A demagogia dos representantes dos direitos humanos serve apenas para dar alguma justificativa aos trabalhadores mais conscientes, estarecidos com a carnificina.

Não será através de comissões parlamentares ou coisa do gênero que se apurará os assassinatos e levará à conquista da terra. Está evidenciado que as direções que controlam o movimento camponês e operário condenaram a ocupação com resistência armada. Foram vários os pronunciamentos, publicados na imprensa burguesa, por representantes do MST, dizendo que a ocupação da fazenda Santa Elina ocorreu à parte dessa organização. Inclusive, no Jornal do Brasil, se delatou o nome de três dirigentes da ocupação, que foram expulsos do MST por defenderem o método da resistência armada.

Como vemos, os pacifistas que querem fazer a reforma agrária como resultado das migalhas que saem das mãos do governo burguês, protetor

dos latifundiários, se submetem à violência reacionária do Estado capitalista, concretamente expressa na chacina de Rondônia. Um padre dessa região, ligado ao MST, teve o desplane de declarar que perdoava os sem-terra devido às suas condições de oprimidos e que só não perdoava o governo. Na verdade, essa hipocrisia do cristão estava perdoando justamente os opressores.

O PT participa no governo de Valdir Raupp (PMDB) na Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária e outros cargos de confiança. Isso porque ajudou a eleger o governo que agora massacra camponeses. Sua atitude foi a de condenar em palavras a chacina, que certamente deveria estar nas suas previsões como secretário do governo.

O pedido da direção do PT para que o governo destituísse os militares responsáveis pelos acontecimentos mostra bem a miserável política dos reformistas. Agora, resolveu sair do governo para se descompromissar do derramamento de sangue. Nenhum movimento foi esboçado pelos reformistas eleitores de luta pela responsabilização do governo, condenação dos repressores e entrega das terras aos camponeses.

**Por uma campanha de denúncia, condenação do governo e entrega das terras aos sem-terra  
Formar comitês permanentes contra a opressão social**

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário se coloca totalmente a favor dos sem-terra, responsabiliza o governo burguês por defender os latifundiários e massacrar os camponeses, trabalha pela entrega das terras aos trabalhadores do campo e se coloca formação dos comitês contra a opressão social. É parte do programa do POR a organização da auto-defesa armada das ocupações, sem o que essas não poderão reagir à violência reacionária do Estado. Trata-se de organizar o movimento camponês sobre a base de uma rede de comitês agrários eleitos em assembléias e unificados nacionalmente entre si e com o movimento operário. É desta forma que se aumenta a capacidade das ocupações e da própria auto-defesa.

Temos demonstrado que a tendência da luta de classes no Brasil, e também no mundo, é de agudização, uma vez que o capitalismo está desembocando numa crise de proporções impensáveis. Esse prognóstico nos



leva à conclusão de que a burguesia e seus governos estão obrigados a intensificar a violência reacionária contra a maioria oprimida. A política reformista de amenizar as enfermidades do capitalismo e sua conduta prostituída serão varridas pela polarização da luta de classes. O problema está em que o proletariado e os camponeses se encontram influenciados pelos reformistas, o que dificulta tremendamente os avanços organizativos e programáticos contra o Estado burguês. A chacina de Ron-

dônia é o exemplo mais recente. Citamos ainda a ocupação militar das refinarias na greve dos petroleiros. É por essa via que se desenvolverá a luta entre a maioria oprimida e a minoria opressora.

O POR, sabendo disso, chama à responsabilidade todas as correntes do movimento operário a romperem com a inércia, com as ilusões na democracia burguesa, com o aparelhismo burocrático sindical e se lançarem a constituírem os comitês contra a opressão social, que na verdade são

embriões da Frente Revolucionária Antimperialista e da aliança operária e camponesa.

Todo apoio aos sem-terra! Abaixo o governo sanguinário! Pela entrega das terras aos camponeses! Pela liquidação dos latifúndios através da revolução agrária e da aliança operária e camponesa! Organizar uma rede de comitês permanentes, por todo o país, contra a opressão social!

## Manifesto do Partido Operário Revolucionário

# Governo massacra camponeses sem-terra em Rondônia

O massacre de Rondônia é apenas mais uma demonstração da violência dos latifundiários, sedentos de controlar cada vez mais terras, já não bastando o seu vasto domínio. Em regiões do norte e nordeste, a polícia e jagunços formam um único exército para proteger os latifúndios contra a massa camponesa sem-terra. Os governos são governos da oligarquia (uma minoria dona das terras) contra os camponeses pobres e demais oprimidos. O Estado está a serviço da expulsão dos agricultores despossuídos e proteção dos coronéis proprietários.

É esta relação de classe no campo que conduz os camponeses a lutar pela terra, que é a luta por sua própria sobrevivência, e que tem por resposta a sangrenta repressão, não importando se sobre homens, mulheres ou crianças. O massacre de Rondônia mostra essa realidade da ferrenha luta de classes.

Na cidade, onde está o operariado fabril, a situação não é diferente. O Estado, a polícia e o exército constantemente reprimem o movimento operário e popular. Lembremos as mortes de metalúrgicos da CSN de Volta Redonda pelo Exército. E agora recentemente a ocupação pelos tanques de guerra das refinarias de petróleo. Lembremos também da desocupação militar dos sem-teto da Vila Socialista, que deixou dois mortos.

A violência reacionária da burguesia contra os trabalhadores é a condição de sobrevivência dos latifundiários, industriais, banqueiros e grandes comerciantes, que formam a classe capitalista minoritária escravizadora do povo. Quanto mais o sistema econômico de exploração do trabalho aprofunda em sua crise, mais a burguesia e seu governo se lançam violentamente contra as massas, que já não conseguem sobreviver sem luta.

Nós trabalhadores temos meios e força para nos contrapor à barbárie capitalista. Temos a produção em nossas mãos. As fábricas e os campos se movimentam com nosso trabalho, a despeito de serem propriedades da burguesia minoritária. O que nos falta é organizar uma poderosa aliança operária e camponesa. Ou seja, a unidade na consciência e na luta dos operários, camponeses pobres e classe média urbana arruinada contra a minoria exploradora e seu Estado opressor.

O governo de Rondônia e o governo federal de FHC sabem que podem manchar suas mãos de sangue, para favorecer uma família de ricos proprietários contra mais de 700 famílias de sem-terra, porque não terão como resposta imediata a convocação de uma greve geral, ocupações de fábrica e manifestações de rua. Sabem que ficarão impunes porque não existe uma aliança operária e camponesa capaz de se levantar em massa contra os opressores. Sabem que as direções dos sindicatos, da CUT, Força Sindical, CGT, MST não convocarão os explorados à luta. Sabem que essas direções corrompidas pelo capitalismo apenas condenarão em palavras o massacre. Que ficarão com uma mão agarrada à demagógica bandeira dos direitos humanos e com outra aos capitalistas.

Trabalhadores, os assassinatos dos camponeses é uma parte de nossa família de explorados arrancada à força. Não aceitemos passivamente esse crime de classe. Responsabilizemos o governo e a burguesia pelo massacre. Exijamos que a CUT, sindicatos, associações e correntes políticas que se reivindicam dos trabalhadores organizem um movimento nacional dos explorados pela entrega das terras aos camponeses, pela punição dos responsáveis e por um plano de reivindicações contra a fome e a miséria, bem como contra a reforma pró-imperialista de FHC, que está privatizando as estatais, acabando com a aposentadoria por tempo de serviço, aumentando impostos sobre os assalariados, etc.

10/agosto/1995

Abaixo os massacres nos campo!

Pela convocação de um tribunal popular, realizado pela CUT, sindicatos, associações de trabalhadores e correntes políticas do movimento operário, para punir os culpados!

Por um movimento nacional em defesa das reivindicações dos explorados!

Pela aliança operária e camponesa contra a burguesia e seu Estado.

Nacional





# Plenária estadual da CUT São Paulo

1. A plenária se realizou nos dias 4 e 5 de agosto e contou com a presença de representantes de 114 sindicatos. A maioria dos delegados era das próprias diretorias, o que revela a burocratização dos sindicatos, que não convocaram as assembleias de base para a discussão e preparação da plenária da CUT. As teses foram feitas pelas correntes que fazem parte da direção nacional da Central, ou seja, ditadas de cima para baixo, sem que nenhuma outra corrente minoritária opositora pudesse apresentar suas posições. Assim os pouquíssimos delegados de base (na maioria da Apeoesp) não puderam expor seus documentos, a não ser quando era permitido um comentário sobre o tema em discussão.

Nesse sentido, foram obrigados a se absterem, pois se tratava de uma verdadeira farsa a tal plenária. O resultado foi a aprovação da tese da Articulação e um acordo com o PSTU, O Trabalho, Fórum do interior (parte da CUT pela Base, DS), Corrente Sindical Classista (PCdoB) para um chapa unitária de delegados à plenária nacional.

2. A essência das resoluções aprovadas segue a mesma rota já traçada nos últimos Congressos da CUT: 1) Não combater integralmente o neoliberalismo (privatizações, abertura da economia nacional etc). Para isso, se utiliza a falácia de que é necessário se opor através da "resistência propositiva". O que significa apresentar "alternativas", através de uma "política de alianças", denominada "Frente Social da Cidadania". Pretendem ganhar apoio de um setor da burguesia e da pequena burguesia, construindo uma "forte aliança com os setores populares da sociedade". Essa tática frentista implica em mobilizar os trabalhadores não para a derrubada integral do Plano FHC, mas sim como mecanismo de abrir "espaços" para "dialogar"

com o governo, Congresso e empresariado.

Diz a direção da Central que esse é o caminho da disputa da hegemonia da sociedade. Através dessa tática propõe a tal "agenda alternativa", que vai desde a democratização das relações de trabalho, saúde e educação a todos, uma ampla reforma tributária e fiscal, uma política de renda negociada até uma nova Previdência. Essa tática frentista está assentada na rearticulação das Câmaras Setoriais.

3. A participação da Central em fóruns institucionais, especialmente nas Câmaras Setoriais vai pelo mesmo caminho. O balanço feito pela direção cutista é de que a participação nesses espaços tem permitido "inibir posturas governamentais e empresariais". Porém, diz a direção que foi insuficiente, pois "não temos conseguido, ainda, fazer que essa participação se combinasse com a conquista de instrumentos para exercer uma influência legal (ou mesmo uma influência contratual) sobre a reestruturação produtiva".

4. O Plano de Lutas aprovado com a concordância das correntes defensoras de tese se resumiu no calendário de datas de atos, tendo o dia 23 de agosto como "o dia nacional de luta", com as caravanas de todos os sindicatos à Brasília, para pressionar o Congresso a aprovar as reformas populares. E o 7 de setembro, "grito dos excluídos", com a caminhada até Aparecida do Norte (local de grandes peregrinações da Igreja católica).

5. Armou-se todo um palavreado para a aprovação da reestruturação da Central. Que vai desde a cobrança de mais verbas dos sindicatos até a construção dos sindicatos orgânicos, nos moldes da social democracia europeia. Esse ponto não foi votado e serviu de indicação para a Plenária Nacional.

## Nossas Críticas

Como se vê, a Plenária estadual São Paulo não serviu para organizar o conjunto dos explorados para derrotar a ofensiva entreguista de FHC. Não preparou as campanhas salariais do segundo semestre, não se discutiu a greve geral por tempo indeterminado e não aprovou a tática de derrubada do Plano neoliberal, que tem provocado fome, miséria, desemprego para milhares de famílias brasileiras. Apostou-se na via da conciliação entre o capital e o trabalho e nas formas de amenizar as brutalidades impostas pelo sistema de exploração do trabalho.

A "resistência propositiva", a "democratização das relações de trabalho", a participação nos fóruns institucionais e a reativação das Câmaras Setoriais expressam a política reformista da direção da CUT e da grande maioria de sindicatos a

ela filiados. Por essa via, os trabalhadores acumularão mais derrotas. Basta lembrar os resultados da Câmara Setorial da Aviação (com mais de 7000 demissões) e dos 20 a 25% de postos de trabalhos extintos. A "resistência propositiva" nada mais é do que apresentar emendas num Plano antinacional e antipopular. Certamente, só servirá para iludir os assalariados com as possibilidades de vitórias no campo da democracia burguesa (Parlamento).

Na verdade, significa indicar um conjunto de propostas "mais viáveis" de serem aceitas pelo governo e o Congresso. Não é por acaso que falam em "elevação gradativa da renda dos trabalhadores e do ingresso dos excluídos ao mercado de consumo", no "gradualismo e a seletividade na liberalização das importações", na "democratização das políticas públicas" etc. Enquanto os reformistas falam da viabilidade de algumas esmolos, o governo neoliberal vem impondo passo a passo seu plano de desemprego em massa, de empobrecimento maior da maioria e entrega de riquezas nacionais para o imperialismo.

O argumento da viabilidade negociada é a justificativa da burocracia corrompida para se contrapor aos métodos de luta radicais do proletariado, que são as greves, ocupações de fábrica, terra, manifestações massivas de rua, bloqueios etc. A nova moda inaugurada com o rótulo de "democratização das relações de trabalho" é a máscara que acoberta a capitulação de tais direções, tendo à frente o PT, em relação à ofensiva pró-imperialista. No capitalismo, a relação de trabalho só pode ser do escravismo moderno, ou seja, os capitalistas compram a preço de banana a força de trabalho dos operários e a explora o máximo possível. A única via de se combater a escravidão capitalista é a luta proletária, apoiada no programa de destruição do sistema de exploração do trabalho e socialização dos meios de produção. Ao contrário disso, a chamada democratização das relações de trabalho é a perpetuação da opressão de classe. É com esses expedientes que a burocracia vendida admite o desemprego, as demissões voluntárias, o salário mínimo de 100 reais, a jornada de trabalho exaustiva, a tercerização, as privatizações e o fim das conquistas sociais.

## As posições do POR

O POR participou da plenária, embora impedido de apresentar suas teses. Por isso, se absteve das votações. Trabalhou com o folheto "Combater a ofensiva neoliberal, Por um Programa Operário, Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista", um material de propaganda que se opunha ao reformismo e ao centrismo oportunista das correntes de esquerda.

Na página ao lado, os pontos fundamentais de sua tese:





# A Resposta Operária

1. O ponto de partida está em definir o objetivo de derrubada integral do Plano neoliberal. O que significa rejeitar a linha do reformismo e da sua burocracia sindical de apoiar em parte as medidas traçadas pelo governo, e de apresentar emendas no Congresso Nacional. Dizemos que o Plano FHC é irreformável e que a tática das "alternativas" é a maneira do reformismo disfarçar sua impotência e sua capitulação.

2. Ao contrário de emendas alternativas ao Plano, trata-se do movimento operário e camponês se organizar em torno de um programa revolucionário, antiimperialista e anticapitalista. Tal programa se compõe das reivindicações vitais das massas combinadas com as tarefas antiimperialistas e anticapitalistas. O programa que defende a fundo a vida da maioria, que se opõe à opressão imperialista, que contenha a tarefa de emancipação nacional, que permita o desenvolvimento da luta camponesa pela liquidação do latifúndio, que amadureça na luta de classes as condições históricas para expropriar os monopólios e transformá-los em propriedade coletiva dos meios de produção e que tenha a estratégia do poder proletário de destruição do Estado burguês, esse programa se contrapõe frontalmente à classe capitalista e a todo seu aparato governamental, incluindo a dominação democrática. Enquanto a classe operária não avançar na construção de tal programa e torná-lo uma ferramenta para a luta direta contra o Estado burguês, a crise capitalista continuará esmagando cada vez mais a maioria trabalhadora. A política de reformar o capitalismo mantém os oprimidos à mercê do Parlamento e dos partidos da burguesia. Contrariamente, está colocado lutar pelo programa da revolução e ditadura proletárias, única via possível de derrotar a estratégia geral do neoliberalismo, que nada mais é do que a estratégia de sustentar o capitalismo em desintegração através da destruição de forças produtivas e de esmagamento de nações inteiras e fundamentalmente das massas mundiais.

3. A natureza e o conteúdo do programa trazem embutido o método de luta do proletariado. Este é o da ação direta, em que a greve geral se destaca por unificar as massas nacionalmente contra a unidade burguesa conferida pelo seu Estado. O desenvolvimento do programa antiimperialista e anticapitalista no interior das massas e as lutas parciais, bem como as medidas gerais de opressão tomadas pelo governo, alimentam as tendências unifica-

doras dos oprimidos, que permitem se manifestar através da greve geral, que para ser conseqüente precisa ser por tempo indeterminado. Assim temos visto no interior do movimento operário, e particularmente na CUT, crescer a prática da quebra das greves, do isolamento por fábrica, da eliminação da democracia operária e a substituição do método da ação direta pelas campanhas burguesas de cidadania, das inócuas caravanas cívicas e substituição de lobby parlamentares. A derrota da poderosa greve dos petroleiros se deve a essa política. Sem se combater frontalmente a burocracia que encarna o programa burguês não é possível desenvolver os métodos, sem os quais o proletariado não pode unificar em torno de si a maioria oprimida para quebrar a espinha dorsal do poder monopolista da burguesia.

4. Para se barrar a ofensiva neoliberal é preciso unificar as massas com o programa e com a ação direta. Para concretizar essa tarefa a construção da Frente Revolucionária Antiimperialista é um valioso instrumento tático, apropriado para "os países capitalistas atrasados que sofrem a opressão nacional e que arrastam historicamente a tarefa de libertação nacional. Trata-se sem dúvida de uma das tarefas do programa da revolução proletária, que combina a revolução nacional com a revolução socialista, protagonizada pela maioria explorada sob a direção do proletariado. A CUT poderia estar cumprindo esse papel de organização antiimperialista das massas se não fosse sua degenerescência burocrática devido ao predomínio da sua direção pró-capitalista. Não é por essa situação que devemos deixar de lutar para que venha a realizar tal tarefa da Frente Revolucionária Antiimperialista. Esse caminho implica no fortalecimento de uma fração revolucionária do proletariado em seu interior. A tática frentista dos reformistas é a da "Frente Social da Cidadania", que não é outra coisa senão a velha frente popular, que compareceu nas eleições como Frente Brasil Popular. Por seu programa de "reformas populares", "ampla reforma fiscal e tributária", "nova Previdência", "sistema democrático de relações de trabalho", "política salarial flexível, de saúde e educação para todos", logo vemos que se trata de uma frente única e exclusivamente para pressionar o Parlamento burguês a acatar algumas "alternativas". Não se trata, portanto, de uma frente antiimperialista dirigida pelo proletariado.

5. Um ponto particular, mas não desvinculado das demais tarefas do

programa proletário, é o da luta camponesa pela terra. A orientação reformista da CUT e da direção do MST pressupõe a solução gradual do problema da terra pela via das desapropriações com indenização estatal dos latifundiários, assentamentos e favorecimentos especiais (financiamentos etc). O método correto das ocupações não tem podido potenciar um amplo movimento revolucionário no campo devido a esse programa de reformas sob a responsabilidade do Estado e do governo burguês. Nossa visão é de que o problema da terra será solucionado pela revolução proletária, que implica organizar as massas em torno do programa de expropriação revolucionária dos capitalistas e destruição do Estado burguês. A aliança dos oprimidos em torno do proletariado se dará sob a estratégia da luta por um governo operário e camponês, que virá da revolução proletária. Enquanto o movimento camponês esteve sob a estratégia do governo democrático e popular do PT e estalinistas se limitará a sonhar com a reforma agrária realizada pelo Estado capitalista e a se contentar com alguns assentamentos minoritários, que só servem para limitar o poder das ocupações de terra.

6. A direção da CUT tem aberto mão da defesa das reivindicações mais elementares das massas. A posição de reajuste gradual do salário mínimo é a defesa mais evidente do capitalismo contra a vida dos trabalhadores, quando todos os indicadores sociais mostram que a fome se alastra e cresce a concentração de riqueza nas mãos de apenas 10% da população. Enquanto os reformistas professam fé na "distribuição de renda", negam-se a mobilizar nacionalmente os explorados em defesa da plataforma de reivindicações básicas. Em substituição à defesa dos salários, ne-

Movimento Operário



gociam com o governo e a burguesia sucedâneos como cesta básica e participação nos lucros. Esta última moda, que chamam de modernização das relações de trabalho, nada mais serve senão para desviar a luta pela valorização da força de trabalho e para justificar os mecanismos de aumento da extração da taxa de mais-valia. O mesmo ocorre com o desemprego. É notória a linha recessiva do Plano Real, com a conseqüente reto-

mada das demissões em massa. É conhecido o objetivo do governo de varrer com o funcionalismo público, o que concretamente vem ocorrendo em toda esfera governamental. Entretanto, nenhuma atitude é tomada para resistir a esse flagelo. Nada se faz para unir empregados e desempregados. Ao contrário, a burocracia apóia e ajuda a organizar as "demissões voluntárias". Ocorre que tais direções sabem que a burguesia não pode ceder nada a não ser com amplo combate de massas.

Unificar os explorados por suas reivindicações, tendo as reformas apenas como um meio e não um fim, significa confrontar abertamente o governo neoliberal e a raquítica democracia dos capitalistas. A crise social vem se agravando e as massas instintivamente se lançam em defesa de suas vidas. Trata-se de se utilizar das reivindicações básicas para impulsionar as greves, a unidade dos movimentos, a organização independente e para avançar o programa da revolução proletária.

## Pontos para um programa da Frente Revolucionária Antiimperialista

Que a CUT aprove a linha de construção da Frente Revolucionária Antiimperialista. Que aprove o programa do proletariado e que forme os comitês por todo o país em torno desse programa antiimperialista e anticapitalista.

1. Implantação do salário mínimo real, hoje de 900 reais. Reajustado automaticamente de acordo com a inflação. Essa medida protege milhões de operários agrícolas, operários urbanos, empregados do comércio e aposentados. É a condição mínima para não se passar fome.

2. Repor todas as perdas ocorridas com os vários Planos. Trata-se de reconquistar os valores que foram expropriados com a inflação.

3. Fim do reajuste anual e implantação da escala móvel de reajuste dos salários. Isto quer dizer que, conforme sobe a inflação, sobem automático e igualmente os salários. É a única maneira real de proteger os trabalhadores contra as crises inflacionárias.

4. Redução da jornada de trabalho para 6 horas, como ponto de partida para se implantar a escala móvel das horas de trabalho, sem redução dos salários. A jornada de trabalho deve ser reduzida até o ponto

que haja trabalho para todos. O desemprego é uma chaga do capitalismo, que mutila o trabalhador, desagrega sua família, o desmoraliza e o liquida. Nossa bandeira é: Nenhum trabalhador fora da produção. Rechaçamos a chamada "demissão voluntária".

5. Terra aos camponeses pobres. Essa tarefa só pode ser cumprida mediante a destruição do poder latifundiário. Trata-se de expropriar os latifúndios através do movimento revolucionário de ocupação das terras. A farsa reformista dos assentamentos é inaceitável. Nada de paliativo para arrefecer a luta dos camponeses.

6. Nada de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço. Ao contrário de sua extinção, defendemos que todos se aposentem com 30 anos (homens) e 25 (mulheres). Principalmente, operários e camponeses são sacrificados na produção. Suas vidas são consumidas por tremendo esforço físico e más condições de existência. Também é preciso aposentar mais cedo para permitir os jovens ingressarem na produção cada vez mais fechada. Não aceitamos os argumentos capitalistas de que se quebrariam.

7. Nada de acabar com a estabilidade do funcionalismo. Muito pelo contrário, a estabilidade deve ser estendida para todos assalariados. O capitalismo está afundando e traz desemprego em massa. É preciso defender a fonte de trabalho a qualquer custo, porque está em jogo a vida dos assalariados.

8. Ensino público, laico, gratuito e autônomo em todos os níveis para todos. Estatização de todo sistema de ensino sem indenização alguma aos capitalistas e Igrejas. O mesmo se refere à saúde. Enquanto a doença for motivo de lucratividade, as indústrias químico-farmacêuticas estiverem sob o controle das multinacionais e os convênios explorarem, a maioria não poderá se

socorrer da medicina.

9. Teto aos sem moradia. O desemprego e os baixos salários não têm permitido os operários terem sequer um barraco. Os altos aluguéis, por sua vez, têm deixado famílias inteiras no releno. Enquanto isso, as construtoras de apartamentos de luxo vêm concentrando mais e mais riquezas. A solução que favorece as massas é a nacionalização de todo solo, sem indenização dos capitalistas, e estatização da construção civil.

10. Nenhuma privatização. nada de desnacionalizar a economia, entregando os ramos produtivos ao capital imperialista e seus lacaios internos. A tarefa é bem outra. Trata-se de estatizar os monopólios privados, para que o país possa fazer frente à desintegração mundial. Somente a expropriação revolucionária pelo proletariado das indústrias, bancos, terras, grande comércio torna possível colocar a economia a serviço de quem trabalha.

11. Não pagar a dívida externa e interna para os agiotas internacionais e nacionais que sugam todos os esforços produtivos. Estas dívidas prendem o Brasil semicolonial nas garras do capital financeiro, que saqueia, promove as crises e jogam uma nação contra outra. Nada de aumentar impostos sobre os assalariados. Que somente a burguesia pague impostos baseados em seus lucros. Eliminação de toda dívida dos pequenos e médios agricultores.

12. Lutar pela conquista do Estado através da insurreição de massa. Um programa de defesa dos explorados e de transformações históricas do capitalismo para o socialismo só tem valor se se concentrar na tarefa de implantar um governo operário e camponês, que exercerá a ditadura do proletariado contra a reação imperialista e da burguesia nacional.



## Os Primeiros Trotskistas do Brasil - IV

Dando continuidade história do trotskismo em nosso país veremos a constituição da Frente Única Antifascista.

### A Frente Única Antifascista (FUAF).

A ascensão do movimento sindical se torna cada vez mais intensa após 1932. Nesse momento, os comunistas se recusaram a ter qualquer ação comum com os trotskistas, em qualquer campo de luta. Por outro lado, vemos a luta travada pela LCI para a construção de uma Frente de Luta Contra o Fascismo, tirada na reunião do Comitê Executivo da LCI, em janeiro de 1933.

De fevereiro a junho, os trotskistas e socialistas intensificaram suas atividades para a criação da Frente. Um de seus primeiros resultados foi a adesão de um grupo de jornalistas do "Diário da Noite", surgindo desta forma a possibilidade da criação do jornal antifascista "O Homem Livre", em 27 de maio.

Em 10 de julho de 1933, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), realizou-se um ato em comemoração ao 9º aniversário do assassinato de Giacomo Mattetti - líder socialista antifascista - a mando de Mussoline. No ato compareceram cerca de 500 pessoas; Lobo propôs a formação da FUAF. Ao final deste, foi formada uma "Comissão Preparatória" para encaminhar a organização da Frente.

Em 25 de junho, na União Cívica 5 de Julho, foi constituída a FUAF. Nela estavam representados: a LCI, o PSB, o Grêmio Universitário Socialista, a UTG, a Legião Cívica 5 de Julho, o Grupo Socialista Giacomo Mattetti, o Jornal "O Homem Livre", o jornal "A Rua", a revista "O Socialismo", o grupo Itália Libera, a FOSP (anarquista), os jornais anarquistas "A Plebe" e "A Lanterna", mais tarde deram seu apoio a União dos Profissionais de Volante e a revista "Brasil Novo".

O estatuto resultante desta reunião colocava:

I- Sob a denominação de Frente Única Antifascista, coligam-se, em São Paulo, sem distinção de credo político ou filosófico, todas as organizações antifascistas, com esses objetivos comuns: a) combate às idéias, ao desenvolvimento e à ação do fascismo; b) luta pela mais ampla liberdade de pensamento, reunião, associação, imprensa; c) reivindicação de garantia de emprego leigo e de sua separação da Igreja do Estado; d) formação de um bloco unitário de ação contra o fascismo.

II- Todas as organizações coligadas conservarão a sua plena autonomia e inteira liberdade de crítica. Os atritos que se verificarem entre as organizações, fora da esfera antifascista, nunca poderão servir de motivo para o rompimento da Frente Única. A estabilidade desta será garantida por um programa de ação comum, em cujo desenvolvimento não se ferirão os pontos de divergência ideológica entre as organizações coligadas.

Em 14 de julho, realizou-se novo comício na Lega Lombarda em homenagem à queda da bastilha, onde foi lido o manifesto do FUAF, proclamando a formação dos Comitês Antifascistas por todo o país. Durante os meses de setembro e outubro, discutiu-se a necessidade de se constituir uma entidade federativa dos sindicatos para dar um corpo orgânico à frente, além da criação dos grupos de autodefesa da FUAF.

Em 15 de dezembro, os integralistas pretendiam realizar uma marcha pelas ruas do centro de São Paulo, prontamente a FUAF marcou uma contramanifestação na Lega Lombarda. O manifesto de chamada do ato era subscrito pela primeira vez pelo PCB. Os integralistas recuam, mas o ato na Lega Lombarda se realiza.

A polícia começou a atuar intensivamente contra a FUAF. Em janeiro de 1934, dispersa um comício que iria ser realizado no Largo da Concórdia. Na noite seguinte, a polícia invade a UTG, onde se realizava uma conferência de Francesco Frola - líder antifascista italiano.

Em março, a Coligação de Sindicatos ganhou uma série de adesões e, junto com a FUAF, começou a preparar um ato para o Primeiro de Maio. O Comitê de Organização pediu licença à polícia para utilizarem a Praça da Sé. Pedido este negado. Foram feitos novos pedidos, novamente negados, o Comitê decidiu então dirigir uma carta aberta, publicada no Diário da Noite, ao governador do estado, Armando Sales de Oliveira, condenando

a atitude de sua polícia. Este, influenciado pela possibilidade de concorrer à presidência da República, não deveria colocar-se tão radicalmente contra os trabalhadores, por isto permitiu a comemoração, mas restringiu-a ao pátio do Palácio das Indústrias, atual sede da Prefeitura, no Parque D. Pedro.

O 1º de Maio contou com a presença de mais de três mil pessoas, o mais representativo de muitos anos. Iniciado pelo trotskista Antunes, ferroviário da Central do Brasil, este reafirmou os princípios que nortearam a FUAF, de que o afastamento definitivo do fascismo só seria alcançado sob a direção do proletariado.

Por outro lado, o PCB continuou com sua política isolacionista e sectária, convocou um comício para demonstrar sua auto-suficiência e que resultou num fracasso espetacular, pois, pela falta de platéia foram obrigados a cancelar. Isso levou a que, no interior do PCB, se criasse um forte atrito sobre qual a tática a ser seguida daí para frente. De um lado, se coloca Sacchetta, secretário do Comitê Regional de São Paulo (CR-SP); do outro a direção nacional dominada por Miranda.

No campo adversário, os integralistas se fortaleciam. Anunciaram uma grandiosa passeata com desfile marcial para o dia 7 de outubro, a fim de comemorar o segundo ano de criação da Ação Integralista Brasileira (AIB).

A ação da Frente foi imediata, e se marcou uma contramanifestação. Dois dias após, foram convocadas todas as organizações da FUAF, além do PCB, do Socorro Vermelho e do Comitê Anti-Guerreiro. Cada entidade da Coligação dos Sindicatos emitiu comunicado a seus associados, manifestos à população e convocou reuniões para preparar a luta. A primeira assembleia para avaliar a situação contou com a participação de 40 organismos. Nela foram aprovadas: a contramanifestação, cuja finalidade seria a de dissolver a reunião dos plinianos (seguidores de Plínio Salgado, dirigente integralista); que a população deveria ser esclarecida através de manifestos e comunicados à imprensa dos objetivos dos integralistas; que cada organização deveria arranjar os meios (armas) para implementar as medidas aprovadas. Marca-se nova reunião em 48 horas. Nessa se decidiu: dividir as forças em 3 posições, a primeira ocuparia a calçada do Edifício Santa Helena (hoje demolido); outra nos fundos da Praça da Sé (entre a Rua Direita e a Rua Venceslau Brás); e a terceira em frente ao Prédio da Equitativa (onde atualmente se localiza a Pastelaria Nova Sé). A manifestação se verificaria no momento da abertura do ato integralista. Fúlvio Abramo -membro da LCI- foi indicado o orador que iniciaria a contramanifestação, tendo cada grupo autonomia de ação. Porém, dentro da LCI, Lobo, Vitor Azevedo, José Auto e Rachel de Queiroz recusaram-se a aceitar a atitude tomada pelos companheiros, condenando-a como aventureira e perigosa. Declarando-se contrários à solução armada, abstêm-se de participar (o que acarretaria, pouco tempo depois, num dos fatores para sua expulsão da LCI). Alguns simpatizantes, como Geraldo Ferraz, Miguel Macedo e outros acompanharam suas posições, mas mesmo a contragosto compareceram à praça e lutaram.

A gloriosa luta que expulsou os integralistas da Praça da Sé, que ficou conhecida como a "Revoada dos Galinhas Verdes" será apresentada no próximo número.

Movimento Operário



## Fora com a perseguição do governo de São Paulo

O Secretário adjunto da Educação e a Delegacia Regional de Ensino de Diadema a mando do governo Covas tentam punir a diretoria da EEPG Roberto Frade Monte, a militante do movimento da educação, Dagmar Ramos Silveira. Querem, através de uma sindicância, incriminar a diretora por ter assinado indevidamente o livro de ponto. Procuram utilizar todos os meios burocráticos para justificar uma punição a uma lutadora.

Trata-se de mais uma ofensiva do governo do PSDB. Além de punir os grevistas com a reposição de aulas no período de recesso escolar, baixaram um decreto de contagem de faltas, de obrigar os professores de escola padrão a utilizar o HTP para aulas de reforço, Covas ameaça com demissão e afastamento as direções combativas do professorado. Dagmar tem sua trajetória marcada pela própria luta dos educadores. Há mais de 10 anos tem defendido intransigentemente a escola pública, contra o sucateamento e as privatizações. Tem denunciado as falcatruas dos governos privatistas e se colocado ao lado dos alunos e pais na defesa do acesso a todos à educação gratuita. A sindicância tem como objetivo tentar fechar a boca daqueles que lutam em defesa de uma escola pública, gratuita e autônoma.

Os métodos punitivos de Covas fazem parte da estratégia mais geral do governo burguês de combater a ferro e fogo a resistência dos oprimidos contra as medidas neoliberais, como a municipalização e parcerias na educação. Para impor as reformulações no ensino paulista, Covas ameaça e pune os grevistas.

É dever de todas as correntes políticas, que se reivindicam da escola pública e gratuita, da Apeoesp e demais sindicatos tomarem em suas mãos a tarefa de organizar um movimento contra as ameaças de punição à diretora Dagmar. A defesa da companheira é parte da luta contra a ofensiva dos governos entreguistas e privatistas.

## Estudantes - Pedagogia — Balanço do XV ENEPE:

### A Ausência de Um Plano de Combate ao Projeto Neo-liberal.

O 15º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia, realizado em Goiânia entre 16 e 22 de julho, caracterizou-se pela ausência de uma discussão política para armar os estudantes contra os planos de ataque ao ensino feitas pelo governo FHC, entreguista lacaios do imperialismo americano.

As direções do movimento ligadas a Articulação (corrente hegemônica do PT) boicotaram a discussão política em especial o tema da "Destrução da Educação no Brasil e a Luta em Defesa do Ensino Público".

Procuraram a tentar colocar em seu lugar a necessidade de se aprovar um estatuto que se colocaria como a salvação para os problemas dos estudantes de pedagogia, que passou a ser o eixo das discussões.

A proposta levantada pela Articulação procuraria reduzir a participação de entidades que fossem contra sua política. Isto seria feito através da formação de uma Comissão Nacional, que teria o papel de determinar as tarefas que as Executivas (atuais centros de decisões) deveriam assumir, burocratizando assim desta forma ainda mais os Encontros, procurando utilizá-los

## Funcionários

### Queremos Salário e Emprego

Segundo a Constituição, o salário mínimo para uma família de 4 pessoas deveria ser o suficiente para garantir-lhe saúde, educação, moradia etc. Segundo o DIEESE, o valor real do salário mínimo deveria ser de R\$ 900,00, mas no entanto, o salário mínimo dado pelo governo é de míseros R\$ 100,00. O salário base de um funcionário é de R\$ 22,88 a R\$ 35,92; ou seja, menos que a metade do imposto pelo governo.

Para confundir os funcionários, o governo incorpora uma série de gratificações que juntando com o salário-base não ultrapassam R\$ 150,00, mais um vale refeição de R\$ 2,00, que mal dá para uma coxinha.

Qual foi a maneira escolhida pela diretoria para lutarmos?

Um abaixo-assinado pressionando o Governo para que incorpore as gratificações ao salário base para que o piso chegue a R\$ 300,00.

Sabemos que este abaixo-assinado será jogado numa gaveta qualquer e as reivindicações não serão atendidas, visto que o Governo Covas está comprometido com as privatizações e à política sucateadora imposta pelo FMI e pelo BID.

Em janeiro será publicado o decreto que municipalizará as escolas públicas e acabará de uma vez por todas com a estabilidade dos funcionários públicos.

O governo, em hipótese alguma, elevará o piso salarial e incorporará as gratificações ao salário-base, pois sua política é a de arrochar mais os salários até um nível insuportável.

O que Devemos Fazer?

A partir de agora temos que nos organizar para uma luta dura contra o governo Covas. Só a unidade do funcionalismo pode levar a conseguir nossas reivindicações.

Nós funcionários devemos defender:

Lutar contra o fim da escola pública com movimentos massivos (greves, piquetes, manifestações de rua etc.)

Lutar pelo salário mínimo real de R\$ 900,00

Lutar pela jornada de 6 hrs diárias (30hrs semanais).

Lutar pela estabilidade no emprego e que esta se estenda a todos os trabalhadores.

Educação





## Sem-tetos só terão terra se ocuparem.

Os poderes públicos; Prefeitura, Estado, Partidos ditos de Esquerda (como o PT), os Movimentos Ligados a estes Partidos e a Igreja; estão todos afinados com a política neoliberal de destruição de parte dos meios de produção (máquinas, fábricas e de parte da força de trabalho - o operariado), de conveniência com as perdas dos direitos sociais e das obras sociais, como a moradia etc.

Como podemos afirmar com certeza esta posição?

O Movimento Socialista Independente pela Terra ocupou a Prefeitura de Diadema exigindo do prefeito do PT um plano de moradia ou financiamento da terra para atender a demanda para quem ganha de 1 a 5 salários mínimos. Qual foi a resposta? Depois de 4 dias de ocupação o Prefeito ordena às 3 horas da manhã que seja efetuado o despejo do movimento. Em contrapartida se reúne com os movimentos a ele ligados, alegando uma parceria entre estes movimentos, um burguês proprietário de terra e a Prefeitura para a compra e construção por regime de mutirão de, segundo eles, 1600 apartamentos divididos em prédios de cinco andares. Cada família pagando 200 reais de entrada, mais três anos pagando 48 reais e um ano pagando 27 reais com juros e correção.

Sobre a construção disseram que o governo estadual irá financiar os apartamentos. Não permitindo outra proposta por parte de movimentos independentes. O PT e os movimentos a ele subordinados ficaram contra nós. Fomos na Audiência Pública que o governador Covas convocou para discutir a questão da habitação, e lá ficou clara a santa aliança entre Prefeitura, PT, Igreja e Governo em torno da defesa do Mutirão (proposta de Covas). Nem a palavra ao nosso movimento foi permitida.

Na reunião com os membros do governo e a comissão de nosso movimento o representante do governo foi claro ao dizer que a Secretaria de Habitação fez um convênio com a

Secretaria de Segurança Pública e disse com toda a clareza que estávamos na contra-mão e de quem não afinava-se com a política do mutirão seria tratado como um caso da Secretaria de Segurança Pública.

Em Rondônia os sem-terra foram barbaramente metralhados, isto porque o governo estava seguro de que não iria encontrar resistência. O PT e a Igreja novamente mostraram sua cara. O governo de Rondônia é do PMDB e o PT participava dele na Secretaria de Agricultura. Num primeiro momento todos ficaram contra a ocupação e a favor do despejo, depois com a repercussão acabaram recuando demagogicamente.

Covas está numa posição cômoda, utiliza o mutirão para entreter os sem teto por 4 anos, irá dizer que está construindo moradias e nunca as construirá de fato.

Nos 4 anos de governo propõe financiar 21 400 moradias no Estado de São Paulo. Isto com uma burocracia infernal, que só chegou a este ponto porque conta com como apoio de todos os movimentos ligados à Igreja e ao PT.

Caberá aos sem-teto independentes fortalecer o movimento e se manter ligado as assembleias massivas pois de fato estamos na contra-mão do governo neoliberal e seus defensores, e, estamos na mão das necessidades dos oprimidos. A realidade nos tem mostrado que nosso caminho é o da ocupação de terra tanto para morar (na cidade) como para plantar (no campo).

Por moradia para todos os oprimidos  
Não ao aluguel.

### A Ocupação da Prefeitura de Diadema Ainda dá o que Falar.

A prefeitura petista do PT de Diadema em seu boletim "Canal Aberto" número 47 de agosto de 95, tenta se desculpar perante a população da razão pela qual expulsou os sem-teto, que estavam cobrando um plano habitacional, às 3 horas da madrugada. Além disso buscou jogar o setor mais atrasado da categoria contra o Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema, por este ter apoiado o movimento, emprestando o carro de som para as assembleias. Para isto se utiliza, como toda patronal, de "lambe-botas", com certeza da mesma corriola do Sr. Filippi, que nem deve saber pra que serve um sindicato.

O Sindicato dos Funcionários de Diadema, em resposta, no seu boletim "Tribuna do Servidor" número 6, também de agosto, lhes dá a resposta a altura, mostrando que a "luta pela moradia faz parte do programa de toda sociedade civil organizada (Partidos Políticos, sindicatos, associações de moradores, igreja etc)"; que alguns (como o próprio Sr. Filippi) "utilizam como arma eleitoral" ou "preferem construir praças, parques e grandes avenidas (que são obras eleitoralmente visíveis)".

Afirma ainda que a própria prefeitura "apóia o 'Movimento Nossa Luta, Nossa Terra', o qual está sob investigação da PF, conforme noticiou o 'Diário Popular' em 8 de agosto último. Este grupo recebeu ajuda completa da prefeitura, com estrutura e ônibus para a manifestação no Palácio dos Bandeirantes."

Por fim, a matéria cobra da prefeitura a "promessa da

construção de 100 apartamentos aos servidores de baixa renda" e levanta a lebre de que o Sr. Filippi "constituiu uma Comissão para tratar do assunto", mas que o "órgão legítimo de representação da categoria (o sindicato), foi excluído desta tal Comissão" tendo que mais uma vez "privilegie os caprichos da administração", isto é, que os apartamentos vão parar na mão dos lambe-botas.

A conclusão que tiramos desta polêmica é que o Sindicato está absolutamente certo ao apoiar o Movimento Socialista Independente pela Terra. A própria política salarial da prefeitura dá razão para isto, com a categoria ganhando um piso de R\$ 3 14,00, como podem pagar um aluguel de R\$ 250,00 por mês e ainda ficar esperando 4 anos (prazo para quitar a terra, pois o projeto do governo afirma que o terreno tem que estar quitado para poder financiar os materiais) pagando R\$ 200,00 de entrada, 3 anos de R\$ 38,00 e mais um de R\$ 27,00 ?

É por isto que muitos funcionários públicos de Diadema participam do Movimento Socialista Independente e não entram na canoa furada dos movimentos bancados pelo Sr. Filippi e pelo Sr. Chico PT.



## Judiciário de SP

### O Remanejamento dos Oficiais de Justiça.

A Presidência do Tribunal de Justiça deita e rola com seus desmandos, tendo em vista que a categoria encontra-se completamente desmobilizada. Prova disto é o que está acontecendo com os companheiros oficiais de justiça. Arbitrariamente, sem nenhuma consulta ou comunicado prévio, os companheiros da noite para o dia estão sendo relotados.

Ao que se sabe, houve por ordem da presidência um levantamento do número de mandatos cumpridos pelos oficiais de justiça, para

fazer um remanejamento.

Entendemos que tal medida é um desrespeito para com os trabalhadores do judiciário, pois não se colocaram quais os critérios utilizados, nem a finalidade real para tal remanejamento.

Para pôr fim a este estado de coisas, precisamos urgentemente nos organizar. Para isto a Corrente Proletária no Judiciário está levantando na classe a necessidade de discutir a reconstrução de nosso sindicato de luta.

## Metalúrgicos do ABC

### Direção Sindical Apóia Patrões em crise.

Há muito tempo vemos como a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (da corrente petista Articulação), vem cada vez mais se integrando com os instrumentos do Estado Burguês. A participação nas Câmaras Setoriais em 92 selou para sempre o passado das grandes Assembléias do Estádio de Vila Euclides em 78/79/80.

Hoje esta política leva a uma integração total dos interesses da burocracia com a dos burgueses do setor. É isto que vemos neste movimento de fazer pressão ao governo federal para abaixar as cotas de autopeças que podem ser importadas para a montagem e revenda.

A ida de cerca de 10 mil operários do setor de autopeças das regiões, do ABC, de Campinas e de Sorocaba em frente a Sede Ministério da Fazenda, na Avenida Prestes Maia, em São Paulo, mostrou como o movimento se coloca em apoio à patronal. A direção

alega que o ato é contra o desemprego que está aumentando na região, isto ninguém pode negar, mas não é colaborando com que nos oprime o dia inteiro no pé da máquina que resolveremos o problema.

Esta direção já se esqueceu da forma de luta da classe trabalhadora que é a unificação das lutas, as greves unificadas, como forma de resolver nossos problemas com independência de classe. Mas, os vendidos alegariam que as fábricas fechariam e que perderíamos o emprego do mesmo jeito. Devemos responder que contra o fechamento das fábricas temos que ocupá-las e nós mesmos tocamos a produção.

Contra a Traição da Direção Sindical!

Organizar a Greve Unificada Contra as Demissões!

Ocupar as Fábricas e Tocar a Produção Caso a Patronal Quiser Fechá-la!

## Telefônicos - Ceará

### Perdemos a Batalha, Mas Ainda Não Perdemos a Guerra

O Presidente Fernando Henrique Cardoso comemorou com seus chefes, os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, a vitória no Congresso Nacional do famigerado projeto de Quebra do Monopólio das Telecomunicações e do Petróleo. Contabilizando o quanto custou a compra dos votos de deputados e senadores que, à revelia do interesse maior dos oprimidos brasileiros renderam-se às pressões e ao dinheiro do imperialismo.

Esse é mais um exemplo de que as instituições do Estado cumprem unicamente as tarefas dadas por quem os dirigem, o capital internacional. O governo sempre adota sempre medidas e projetos que viabilizam o lucro dos grandes capitalistas em troca do arrocho salarial sobre os trabalhadores e da recessão, que não passa de outra forma de garantir os estupendos lucros da oligarquia financeira. Isto mostra que o Estado é um instrumento de dominação política dos grandes capitalistas sobre a população explorada e que eles o usam de acordo com seus interesses históricos, que são a manutenção da exploração sobre os trabalhadores e o controle dos mesmos pelos mecanismos de dominação ideológica (jornais, rádios, televisão, escola, religião etc.) e de

repressão (polícias, forças armadas, grupos paramilitares etc.).

Aos trabalhadores telefônicos, como a todos os demais trabalhadores e às camadas exploradas, resta a certeza que novos golpes virão sobre nossas cabeças e (nossos bolsos).

Antes que sejamos demitidos, despejados, mais explorados e humilhados do que somos, precisamos unificar as nossas lutas, preparar nosso combate firme e decidido ao ataque dos opressores, com a arma que dispomos no momento, para impedir a concretização do projeto de reforma constitucional, que é a greve geral.

Somente com uma greve geral que mobilize o conjunto dos trabalhadores poderemos barrar os planos de rapina do grande capital internacional aqui no Brasil. Somente assim poderemos também reconhecer quem tem compromisso com os trabalhadores e quem está em nosso sindicato e em nossas organizações apenas para tirar proveito pessoal (através das eleições burguesas) e da burocratização das entidades dos trabalhadores. Devemos pressionar a CUT e os partidos que se dizem do lado dos trabalhadores (PT, PCdoB, PSB, PSTU) para que ajudem na deflagração da greve geral por tempo indeterminado.

Todos à luta!

Fora o governo FHC e o Capitalismo!

Viva o Socialismo!

(extraído do Boletim "Voz dos Telefônicos" nº 0 agosto/95)





# Stalin é o Assassino de Trotsky

Leon Trotsky, líder, juntamente com Lenin, da Revolução Russa, morreu na cidade do México a 21 de agosto de 1940 vítima de uma agressão brutal perpetrada por um assassino da GPU.

Lutou contra a morte durante vinte e seis horas, depois que o assassino pago por Stalin lhe havia introduzido uma picareta de alpinista no cérebro.

Foi sua última batalha. Mas não se entregou à morte até não acusar o monstro do Kremlin como o organizador de seu assassinato. Não se entregou até que, em suas últimas palavras, insistiu em ditar antes de perder a consciência, transmitirá a bandeira da Quarta Internacional aos homens e mulheres que através do mundo ele havia reunido no Partido da Revolução Socialista.

"Dizei a nossos amigos - concluiu - que estou seguro da vitória da Quarta Internacional. Avante !"

Enquanto caía sob os golpes mortais do assassino da GPU, e quando seus secretários, guardiões armados se lançaram sobre o assassino, Trotsky gritou repetidas vezes "deixe-o viver". Não como uma questão de bondade mas para assegurar a possibilidade de que o assassino pudesse oferecer con-

firmações adicionais que ajudariam a condenar o Caim do Kremlin aos olhos da classe operária de todo o mundo.

A GPU de Stalin indubitavelmente recorreu a um plano desesperado e obrigou uma de suas criaturas a matar Trotsky, sem que houvesse muita probabilidade de escape para o assaltante, quando se fez evidente que seus métodos anteriores fracassaram (atentado do mês de maio).

O poder ilimitado da GPU sobre suas criaturas se manifestou quando o assassino, ao ser agarrado pelos guardas depois do ataque, disse: "Me obrigaram a fazê-lo. Caso contrário matariam minha mãe". Não foi possível depois arrancar-lhe informação alguma sobre o paradeiro de sua mãe. Havia recobrado sua tranqüilidade e tornava a representar o papel de assassino que lhe havia sido designado pela GPU.

Para justificar o crime de Stalin, lhe haviam instruído para que dissesse que havia "rompido com Trotsky" quando este lhe pedira que fosse à Rússia para cometer "atos de sabotagem". Uma mentira absolutamente impossível, pois toda pessoa que conhece política marxista sabe que tais métodos são estranhos a Trotsky e à Quarta Inter-

nacional. O arsenal de Stalin se reduz a tais argumentos frívolos e a arma do assassino.

Jacques Monard - enviado da GPU - com suas armas escondidas sobre suas roupas, foi à casa de Trotsky às 17:30 de 20 de agosto. Encontrou-se com Trotsky, no pátio, perto do galinheiro, onde lhe disse que havia escrito um artigo e desejava seu conselho sobre o mesmo. Trotsky convidou Monard a ir até seu estúdio, sem notificar previamente seus secretários. A primeira indicação de que algo estava errado foram os gritos terríveis e uma luta violenta no estúdio de Trotsky. Os dois secretários - guardiões mais próximos -

correram até a sala de jantar localizada ao lado do estúdio. Ali encontraram Trotsky, saindo de seu estúdio com a cara coberta de sangue. Um dos guardas - José Hansen - derrubou o assassino, fazendo-o cair com um só golpe. O outro ajudou Trotsky a reclinar-se sobre o piso. Aparentemente o assassino esperava que Trotsky caísse inconsciente no primeiro golpe. Em lugar disto Trotsky lutou enquanto recebia constantes golpes na cabeça e na garganta.

Trotsky acreditou que o primeiro golpe fosse um tiro, disse a Hansen -: "feriram-me com um revólver. Estou seriamente ferido. Creio que desta vez é o fim". Hansen - tratava de convencê-lo de que era uma ferida superficial. Trotsky não se deixava vencer. "Não - disse - Sinto aqui (mostrando o coração) que desta vez triunfaram".

## Sua Preocupação Final

Trotsky em seus últimos momentos de vida, não se preocupou com o êxito de Stalin em assassiná-lo, mas no que deveria fazer por aqueles a quem pediu que levassem avante a bandeira da IV Internacional.

No hospital perguntou a Hansen - se tinha uma caderneta para anotar uma declaração que continha duas coisas, a acusação: "Estou próximo da morte ferido por um assassino político"; e a conclusão: "Dizei a nossos amigos que estou seguro da vitória da IV Internacional. Avante". Suas últimas palavras foram as de um lutador, exortando a seus seguidores a continuarem a luta. Pois assim era LEON TROTSKY!!

(Guillermo Lora, 20/08/42. Extraído das Obras Completas de Guillermo Lora, volume 1, pp. 67-69)

## Construção Civil - ABC

A burocracia sindical da construção civil do ABC tem se mostrado cada dia mais incompetente para defender as poucas conquistas, conseguidas a duras lutas, como o piso salarial.

Hoje a direção do sindicato entrega de mão beijada esta conquista aos patrões, nosso piso era superior ao de São Paulo.

Chega destes burocratas vendidos ficarem conchavando com a patronal. Devemos cobrar da direção do sindicato a organização das assembléias da categoria e do direito, nelas, da base se expressar.

A burocracia se nega a vir nas obras conversar com a peãozada, isto porque está comprometida com a patronal. Chega de burocratas nos instrumentos de luta da classe oprimida.

Todos nós trabalhadores da construção civil, que ganhamos de R\$ 100,00 a R\$ 300,00, temos que nos organizar. Devemos exigir da direção uma posição com relação a permanente miséria pela qual estão passando tanto os que estão empregados como os que estão desempregados. Sabemos que a patronal utiliza os desempregados para rebaixar nosso salário. Por isto é necessário organizar uma luta pela escala móvel das horas de trabalho, isto é, diminuir a jornada de trabalho sem diminuir o salário até que todos os desempregados tenham emprego; pelo salário mínimo de R\$ 900,00.

Não podemos conviver com a burocracia sem denunciá-la, pois seria uma traição para com nossos companheiros, ter conhecimento do papel que a direção do sindicato, que a direção da CUT, jogam hoje, submetendo-se ao plano de fome de FHC.

Companheiros da construção civil é hora de construir uma nova direção de luta, estamos dispostos a lutar por melhores condições de salário e trabalho, mas para isto nossa primeira luta deverá ser em nosso próprio sindicato, obrigando a burocracia a chamar as assembléias e não permitindo que eles a manobrem e impeçam-nos de falar.



# 100 anos da morte de Engels

## Campanha do POR em defesa do Socialismo científico

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário fez um amplo trabalho de propaganda ideológica e programática em torno da comemoração dos 100 anos da morte de Engels, um dos criadores do socialismo científico e organizadores do Internacionalismo proletário. Publicou dois números especiais do Jornal Massas sobre vida e obra de Engels, sendo um deles um texto de Lenin e outro de um militante porista, Paulo Barboza. O texto de Paulo foi publicado pela Quinzena, do CPV, que tem ampla acolhida nos sindicatos.

No dia 6 de agosto, um dia após a data dos 100 anos de sua morte (5 de agosto de 1895), realizou um debate aberto, em que se expôs os fundamentos da doutrina marxista da revolução proletária. Os militantes mostraram um interesse vivo em discutir e compreender a teoria revolucionária tão essencial para a ação política.

Como parte desse movimento, trabalhamos em colaboração com outras correntes e intelectuais que se reivindicam do marxismo para se realizar um ciclo de exposição e debate do pensamento de Engels na Pontifícia Universidade Católica da São Paulo. A abertura desse ciclo teve por tema os princípios fundamentais do socialismo científico, que ficou ao encargo de um militante do Partido Operário Revolucionário. Esse aconteceu ocorreu no dia 15 de agosto, contando com uma ampla participação de estudantes de vários cursos e com a presença de militantes operários da região de Diadema.

É notável o fato de que depois da exposi-

ção os presentes mostraram muito interesse em discutir a atualidade das idéias do marxismo, tendo em vista a campanha do imperialismo a favor da restauração capitalista na Rússia, Leste Europeu, China e Cuba. Isso permitiu a exposição das explicações básicas de Trotsky em relação ao estalinismo e, desta forma, se vincular aos pressupostos essenciais da doutrina marxista, elaborada por Marx e Engels.

Em Fortaleza, Ceará, o POR também despreendeu esforços no mesmo sentido, levando a campanha para dentro de sindicatos e universidades. Um fato de relevo foi a apresentação das idéias revolucionárias de Engels através de programas de rádio.

### Outros acontecimentos em torno dos 100 anos

De forma geral, as correntes de esquerda ignoraram a importância da data para se realizar a defesa do socialismo marxista. Uma ala do PT tomou a iniciativa de realizar um debate na Câmara Municipal de São Paulo, com expositores acadêmicos. A imprensa burguesa, Jornal da Tarde, publicou uma página inteira sobre Engels, num artigo de Renato Pompeu, cujo título já diz tudo: "A segunda morte de Friedrich Engels".

O jornalista da burguesia procurou mostrar a morte teórica de Engels com a restauração capitalista na Rússia e com isso dizer que o marxismo só tem valor histórico do passado. É interessante como muitos ex-estalinistas e intelectuais de esquerda sociais-democratas procuram transformar Marx e Engels em múmias do século XIX, para assim defenderem a ordem capitalista através das velhas idéias reformistas de colaboração de classe. Porém, o que todos mais temem, da burguesia a seus lacaios travestidos de esquerda, é que o proletariado compreenda e assuma a doutrina da luta de classes e transformação revolucionária do capitalismo.

Toda essa gente se apóia no fato do estalinismo ter substituído o marxismo-leninismo com a teoria do socialismo em um só país, com a tática de colaboração de classes através das frentes populares, com a idéia da revolução democrático burguesa nos países semicoloniais, com a liquidação da III Internacional em favor da ordem imperialista pós-Guerra de 45 e com a transformação da ditadura do proletariado na ex-União Soviética em ditadura burocrática de casta dirigente.

Tudo isso em nome de Marx, Engels e Lênin.

Stálin e seus aliados fizeram a obra de que a burguesia mais necessitava, que foi a de desarmar o movimento internacional revolucionário e criar as condições para a restauração capitalista. O triunfo da contra-revolução estalinista de forma alguma pode ser confundido como desmembramento natural do marxismo.

Nesse momento que perfazem 100 anos da morte de Engels, verificamos um capitalismo mais decrépito, que, para sobreviver à sua crise histórica, foi obrigado a provocar duas grandes guerras mundiais e toda sorte de barbárie contra as massas. A ninguém escapa o fato do capitalismo de nossos dias estar caminhando para novas catástrofes, provavelmente bem mais violentas. Isso decorre do fato das forças produtivas já não mais caberem nas relações capitalistas de produção, baseadas na propriedade monopolista dos meios de produção e distribuição.

Não há como se resolver no âmbito do capitalismo a contradição entre a acumulação crescente de capital e a expansão também crescente da miséria das massas mundiais. Não há como os capitalistas solucionarem sua brutal guerra comercial e o acúmulo extraordinário de capital financeiro sem possibilidades de aplicação alguma no desenvolvimento das forças produtivas, a não ser na gigantesca especulação, que tem falido os estados no mundo todo.

A retomada do desemprego em massa nas potências é o sintoma mais claro da crise e da degenerescência do sistema de exploração do trabalho, caracterizado em nosso tempo pelo domínio da oligarquia financeira e monopolista.

Também não escapa aos olhos a retomada das lutas operárias por todos os lados e, nos países semicoloniais, a luta camponesa.

A tendência predominante do sistema econômico monopolista e imperialista em desintegração é de provocar guerras e revoluções. Marx e Engels já haviam revelado as leis de desenvolvimento, decadência e transformação histórica do capitalismo, em plena vigência na atualidade. De nossa parte, trata-se de assimilar bem a doutrina científica do marxismo para construir o partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional, instrumento imprescindível para a revolução proletária e a conquista da sociedade sem classes, o comunismo.

